

São Paulo

DATA MERCANTIL

RS 2,00

Sábado, 1 e Segunda - feira, 3 de agosto de 2020

Edição N° 120

www.datamercantil.com.br

Mesmo com resistência do Congresso, Bolsonaro autoriza Guedes a testar 'nova CPMF'



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) autorizou o ministro da Economia, Paulo Guedes, a defender a criação de um novo imposto nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras).

Em conversa recente, relatada à reportagem, o presidente disse que o ministro pode voltar a testar o apoio ao tributo em eventuais tratativas com deputados e senadores.

Nos bastidores, no entanto, Bolsonaro reconhece que dificilmente um novo imposto terá apoio no Poder Legislativo. E considera que a iniciativa, caso seja viabilizada, pode desgastar a imagem do governo.

A opinião do presidente é compartilhada pela cúpula militar, para a qual o aceno do presidente ao ministro se trata de uma última tentativa de provar a ele que a medida não tem respaldo político.

No ano passado, as discussões sobre o novo imposto ajudaram a derrubar o então secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra.

Depois, Guedes colocou o tributo na geladeira, mas não o eliminou de seus planos. Recentemente, ele reforçou o argumento de que ele não se trata de uma CPMF.

Além disso, o ministro passou a chamar o tributo de digital, sobretudo por envolver o crescimento do comércio no país. As compras pela internet têm acelerado no Brasil e no mundo com a

pandemia do coronavírus.

Nos planos da equipe econômica, até traficantes de drogas e políticos corruptos pagariam o imposto ao fazer uma transação, um pagamento, uma compra eletrônica e até pagar a fatura de serviços de streaming.

Em troca do imposto digital, o Ministério da Economia estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais.

Ainda assim, líderes partidários resistem à proposta. Em seminário realizado pela Folha de S.Paulo em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ironizou a iniciativa.

Gustavo Uribe e Julia Chaib/Folhapress

No Mundo



Pandemia pode custar uma década à economia da América Latina, diz Cepal

Página - 02

Economia



Cliente da XP poderá escolher remunerar agente autônomo com percentual fixo

Página - 03

Cultura



História Vive: No caminho das Bombas Atômicas

Página - 04

Negócios

Aéreas no Brasil devem perder US\$ 10,83 bi em 2020 com pandemia

Página - 08

UE dá sinal verde a compra da Bombardier pela Alstom e cria gigante ferroviária

Página - 08

No Mundo

Pandemia pode custar uma década à economia da América Latina, diz Cepal



A crise do coronavírus pode fazer a América Latina e o Caribe regredirem uma década, conforme os países sofrem com economias vacilantes e uma pobreza crescente, disseram a comissão econômica da ONU para a região e a Organização Mundial da Saúde (OMS) nesta quinta-feira.

A estimativa é que a pobreza aumentará 7 pontos percentuais na região na comparação com o ano passado, agregando mais 45 milhões de pessoas, de acordo com um relatório da OMS e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal).

O número de desempregados deve subir para 44 milhões, um aumento de mais de 18 milhões quando comparado com 2019, e se projeta que a economia da região encolherá 9,1%, segundo o relatório.

“As Américas correm o risco de perder anos de ganhos de saúde em uma questão de meses. Isto é trágico”, disse Carissa Etienne, diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em uma coletiva de imprensa.

Uma apresentação com destaques do relatório alertou que a pandemia de coronavírus pode provocar uma “década perdida” se a renda per capita cair para níveis que

não eram vistos desde 2010, como previsto.

Como parte do choque econômico, 2,7 milhões de negócios formais da região devem fechar, segundo o relatório.

Etienne disse que os governos precisam buscar soluções para a saúde pública e a economia simultaneamente.

“Os países precisam evitar pensar que precisam escolher entre reativar as economias e proteger a saúde de seu povo. Esta é uma escolha falsa”, disse. “A atividade econômica não pode ser retomada a menos que tenhamos o vírus sob controle.”

Exame

Hong Kong adia eleição por um ano após vetar candidatos opositores



A líder de Hong Kong, Carrie Lam, adiou em um ano, na sexta-feira (31), uma eleição legislativa marcada para 6 de setembro por causa do aumento de casos do novo coronavírus, um golpe para a oposição pró-democracia, que esperava obter ganhos na votação.

A oposição visava capitalizar a onda de ressentimentos com a nova Lei de Segurança Nacional, que a China impôs à cidade em 30 de junho, para obter maioria no Conselho Legislativo, onde metade dos assentos é eleita diretamente e a outra metade é preenchida principalmente por indicados da China.

Sob novos surtos, Europa reduz lista de países com entrada liberada

União Europeia tirou Argélia, Montenegro e Sérvia da lista de países para a qual recomenda a abertura de fronteiras externas. Em vez de 14 nações, a relação agora tem apenas 11: Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Geórgia, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Ruanda, Tailândia, Tunísia e Uruguai.

No caso da China, a entrada de viajantes dependerá do princípio da reciprocidade: a permissão será dada aos países cujos residentes tenham entrada autorizada na nação asiática.

O Reino Unido, que até o final deste ano está em fase de transição do brexit, foi considerado para essa decisão como membro da UE. Andorra, Mônaco, San Marino e Vaticano também terão entrada liberada de acordo com a recomendação, que vale a partir desta sexta (31).

A relação de países é re-

visada periodicamente e se refere às viagens consideradas não essenciais, como as de turismo. Há exceções para vários casos, entre eles o de estudantes.

Para montar a lista, os membros da UE seguiram critérios epidemiológicos como a curva do contágio no país e o número de novas contaminações. Também levaram em conta a confiabilidade dos números de cada país, a capacidade de realizar testes e de rastrear contatos dos infectados e as regras de prevenção em vigor, “bem como considerações econômicas e sociais”, segundo a UE.

Em relação à situação epidemiológica, o critério é que o número de novos casos de coronavírus por 100 mil habitantes nas duas semanas anteriores esteja abaixo de 16, que era a média da UE no dia 15 de junho, quando a primeira lista foi lançada.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



O adiamento vem depois de 12 candidatos pró-democracia serem desqualificados e impedidos de concorrer na eleição, por razões como supostas intenções subversivas, repúdio à nova Lei de Segurança e uma campanha para obter maioria a fim de impedir a aprovação de leis.

Segundo Lam, que disse que a eleição ocorrerá em 5 de setembro do ano que vem, a decisão foi a mais difícil que tomou em sete meses e visa a salvaguardar a saúde das pessoas.

“Temos 3 milhões de eleitores saindo em um dia por toda Hong Kong, tal fluxo de pessoas provocaria alto risco

de infecção”, argumentou.

Apoiada por Pequim, Carrie Lam disse ainda que teve que invocar uma lei de emergência para fazer o adiamento e que a decisão não envolveu nenhuma consideração política. O Parlamento chinês decidirá como preencher o vácuo legislativo causado pelo adiamento.

A eleição seria a primeira votação oficial da ex-colônia britânica, desde que a China impôs a Lei de Segurança para combater o que define amplamente como secessão, subversão, terrorismo e conluio com forças estrangeiras, puníveis até com prisão perpétua.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Cliente da XP poderá escolher remunerar agente autônomo com percentual fixo



A partir de setembro os clientes da XP poderão pagar um percentual fixo de remuneração para seus assessores de investimentos.

A opção foi anunciada na sexta-feira (31) pela corretora e coexistirá com o modelo já existente (também conhecido como rebate), no qual o comissionamento é feito por produto -ou seja, o assessor de investimentos recebe por transação e as porcentagens diferem a depender de onde o dinheiro é aplicado (se é em um fundo de investimentos ou em um COE, por exemplo).

O percentual fixo será estabelecido por cada agente autônomo e poderá variar entre 0,5% ao ano e 1% ao ano.

Segundo o presidente e fundador da XP, Guilherme

Benchimol, os clientes que escolherem pagar a taxa fixa receberão de volta, da corretora, a parcela que iria para o assessor.

“Além disso, quem optar por manter o modelo de comissionamento [já existente] terá visibilidade total da remuneração que cabe ao seu assessor em todos os produtos da plataforma. Isso implica dizer em transparência total para o cliente sobre todos os valores que estão sendo repassados”, afirmou o executivo em uma publicação no seu LinkedIn.

“Definitivamente o agente autônomo de investimentos se torna um participante do mercado ainda mais completo e capaz de continuar democratizando com ainda

mais consistência os investimentos em nosso país”, disse.

O investidor, no entanto, precisa estar atento, já que existe a possibilidade de a taxa fixa cobrada ser proporcionalmente mais alta em relação a produtos mais passivos (que replicam a lucratividade de um índice de referência, como um ETF) ou em relação à frequência da aplicação de recursos (o percentual fixo pode eventualmente ser mais vantajoso aqueles que investem com maior frequência, por exemplo).

A decisão acontece pouco mais de um mês depois do início da rixa entre a corretora e o Itaú Unibanco (maior banco privado do país e dono de 49,9% da XP).

Isabela Bolzani/Folhapress

Com pandemia, dívida pública chega a 85,5% do PIB em junho

Sob o efeito da pandemia do novo coronavírus, a dívida pública chegou a 85,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em junho, aumento de 3,6 pontos percentuais em relação ao mês anterior, segundo dados divulgados pelo Banco Central na sexta-feira (31).

Com o aumento de gastos públicos em razão da crise sanitária, a dívida bruta brasileira pode fechar 2020 em 100% do PIB, segundo estimativas da equipe econômica.

Em 2019, o endividamento estava em 75,8% do PIB. A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também foi impactada pela piora fiscal e alcançou 58,1% do PIB em junho, aumento de 3 pontos em relação a maio.

As contas públicas registraram no primeiro semestre rombo de R\$ 407,7 bilhões.

O valor é 3,18 vezes maior que a fixada em lei, de R\$ 127,9 bilhões, para 2020.

Com o decreto de calamidade pública, no entanto, o governo foi autorizado a extrapolar esse montante.

O rombo equivale a 6,38% do PIB. Apenas em junho, o déficit primário foi de R\$ 188,7 bilhões, maior da série histórica, iniciada em 2001.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

Na quinta-feira (30), o Tesouro Nacional divulgou um rombo recorde de R\$ 417 bilhões no primeiro semestre deste ano. O resultado é o pior para o período da série histórica, que teve início há 23 anos.

Larissa Garcia/Folhapress



BNDES contrata R\$ 3,3 bilhões em créditos para empresas



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratou R\$ 3,3 bilhões em créditos para 2.374 pequenas e médias empresas – 80% do valor foi garantido pelo Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), cuja medida provisória foi aprovada pelo Congresso Nacional, na quarta-feira (29). Agora, o projeto de lei de conversão aprovado no Senado, baseado na medida provisória, segue para sanção presidencial.

A estimativa do BNDES é que o crédito garantido permita a manutenção de cerca de 193 mil postos de trabalho. A intenção com o programa é destravar o crédito para essas empresas com a concessão de garantias e reduzir os impactos econômicos da pandemia da covid-19.

De acordo com a instituição, o PEAC começou a ser

operacionalizado em 30 de junho e já tem 28 agentes financeiros habilitados para oferecerem empréstimos. “Cabe a esses agentes financeiros a decisão final de utilizar a garantia do programa e aprovar ou não o pedido de crédito, no momento em que estruturarem cada uma de suas operações”, informou o BNDES.

O texto original da MP permitiu que o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC), aportasse, inicialmente, R\$ 5 bilhões do Tesouro Nacional. “O aporte permite a alavancagem dos recursos em até cinco vezes, podendo o valor total dos créditos chegar a R\$ 25 bilhões. Ao todo, o Tesouro poderá colocar até R\$ 20 bilhões no programa, de acordo com a demanda”, indicou.

No PEAC, pequenas e médias empresas (PMEs) que

faturaram entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões em 2019, poderão ter garantias em operações de crédito concedidas até 31 de dezembro de 2020. As empresas que utilizarem essa garantia do fundo podem tomar empréstimos de R\$ 5 mil até R\$ 10 milhões cada, por agente financeiro. “O prazo de carência das operações deve ser de no mínimo 6 e no máximo 12 meses, e o total para pagamento do empréstimo deve ficar entre 12 e 60 meses”, revelou o banco.

Segundo a instituição, os juros para os empréstimos contratados com garantia do programa serão negociados entre a empresa e o agente financeiro, mas a taxa média praticada por agente financeiro não poderá exceder 1% ao mês. Se isso não for cumprido pode haver redução da cobertura do programa.

Cristina Indio do Brasil/ABR

Cultura

História Vive: No caminho das Bombas Atômicas

Em 30 de julho de 1945 a II Guerra Mundial estava no final, a Alemanha havia se rendido, incondicionalmente, fazia dois meses, tropas inglesas, soviéticas, americanas e francesas ocupavam o país, e Hitler havia cometido o suicídio.

Porém, na Ásia a guerra continuava, o Japão dispunha de mais de um milhão de soldados no continente, ocupando a Manchúria, a Coreia e todo o litoral chinês.

O Sudeste asiático e a Indonésia também estavam sob a ocupação japonesa.

Das ilhas Marianas, Saipan, Tinian e Guam, bombardeiros B-29 partiam, todos os dias, para voos de quase 6000 km (ida e volta) para atacar o Japão, onde centenas de milhares de pessoas já haviam morrido. Somente em Tóquio, 131 quilômetros quadrados da cidade havia sido destruído pelos bombardeios.

No dia 16 de julho, secretamente, os Estados Unidos da América, conduziram o primeiro teste de uma arma nuclear na história da humana. Em um local conhecido como “Jornada del Muerto”, no campo de treinamento de bombardeio em Alamogordo, Novo México.

O teste, batizado de “Trinity”, liberou a potência de 22 kilotons de energia, equi-

valente a 22 milhões de quilos de TNT.

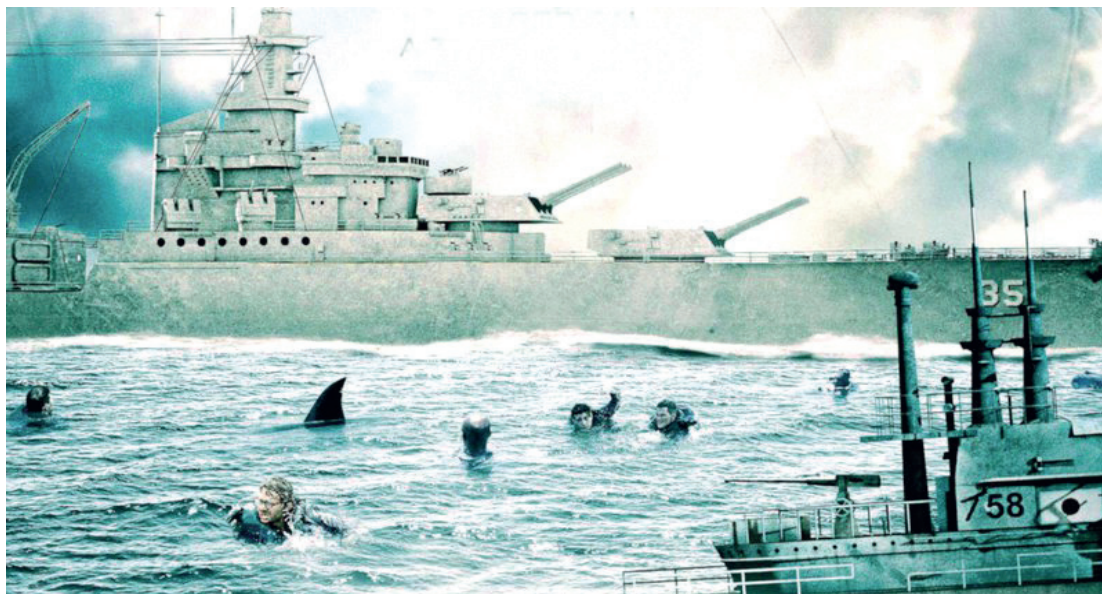
Com a posse de armas nucleares, o governo decidira usá-las para por fim à guerra. O plano consistia em fazer um ultimato ao Japão, sem explicar a natureza da arma e ante a provável recusa na rendição, lançar a bomba em um alvo não bombardeado anteriormente, deixando claro o seu poder.

Várias cidades foram selecionadas para eventuais ataques: Kokura (Kitakyushu), Hiroshima, Yokohama, Niigata e Kioto. Posteriormente a cidade de Nagasaki foi incluída entre os alvos.

Mas, a bomba atômica, era o maior segredo da guerra e por mais eficientes que tenham sido as medidas de segurança, sabe-se que houve vazamentos de informação. Os Estados Unidos trocavam informações com o Reino Unido, e os soviéticos tinham espiões em ambos os países. Se alguém conseguisse interceptar uma arma, durante seu transporte, está poderia ser copiada, com consequências imprevisíveis.

Portanto decidiu-se enviar as bombas em partes, por navio ou avião, pois, caso ocorresse um acidente, seria mais fácil substituir um conjunto do que a arma toda.

Parte da bomba “Little Boy”, que seria lançada sobre



Hiroshima em 6 de agosto, foi transportada pelo cruzador (navio de guerra) USS Indianápolis, que entregou sua carga na ilha de Tinian em 26 de julho de 1945. Após a entrega da carga, cujos tripulantes do navio ignoravam do que se tratava, o navio de guerra seguiu rumo às Filipinas, onde se preparava a força que invadiria o Japão.

Na noite de 30 de julho o submarino japonês I 58 avistou o navio americano, e disparou dois torpedos que, atingindo o centro do navio, o partiu ao meio. A detonação do torpedo, provavelmente, atingiu a sala de caldeiras ou o paiol de munições, de qualquer modo, o Indianápolis fundou em apenas 12 minutos, levando consigo 300 marinheiros (dos 1195 a bordo), presos em seu interior.

Dos aproximadamente 900 remanescentes, que quase não tiveram como lançar botes salva vidas ao mar, tendo entre eles muitos feridos, apenas 316 sobreviveram.

A tripulação tinha ordens de manter silêncio no rádio durante a missão, e, de qualquer modo, o naufrágio foi extremamente rápido. Dos seiscentos marinheiros mortos, por hipotermia, sede, ferimentos há que se destacar os ataques de tubarões, centenas de homens foram devorados, alguns se suicidaram para evitar tal fim.

Três dias e meio após o naufrágio, ainda ignorado pela marinha americana, um avião de patrulha avistou os naufragos e teve início a operação de resgate.

Quatro dias depois a bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima, provocando 130.000 baixas, mortos, feridos, inválidos e sequelas em muitos mais. Mesmo assim a rendição oficial do Japão somente viria em 15 de Setembro, não antes de outro ataque nuclear, desta vez em Nagasaki, provocando 66.000 vítimas.

A II Guerra Mundial terminou, oficialmente, em 02

de Setembro de 1945, com a rendição incondicional do Japão, assinada a bordo do couraçado “Missouri”, da marinha dos Estados Unidos da América, ancorado na baía de Tóquio.

Em novembro de 1945, o capitão do USS Indianápolis foi julgado em corte marcial, é considerado culpado pela perda do seu navio. Ele foi o único capitão da marinha americana a sofrer tal punição na guerra.

Embora tenha sido posteriormente retornado ao serviço ativo, o capitão Charles B. Mc Vay III, se retirou da marinha em 1949. Em 1968, ainda tomado pela culpa, cometeu o suicídio.

Finalmente, em outubro de 2000, o capitão Mc Vay foi, oficialmente, “exonerado de culpa” pela perda do navio. Quanto às bombas atômicas, necessárias ou não, justificáveis ou não, não ensejaram nenhum julgamento, é ninguém tirou sua vida por se sentir culpado.

Eduardo José de Camargo

‘O Escândalo do Século’ reúne 50 textos de Gabriel García Márquez



Os textos jornalísticos de Gabriel García Márquez teriam espaço na “mídia mainstream” dos dias atuais?

Pelos temas que ele aborda, sim. Gabo, como é conhecido, escreveu resenhas de cinema, cobriu cúpulas de presidentes, fez perfis de ditadores, relatou o desabastecimento em Caracas, a Revolução Cubana, a Revolução Sandinista e a violência do narcotráfico e das guerrilhas no país em que nasceu, a Colômbia.

Pelos formatos que ele usava, também. Embora, neste caso, pudesse irritar algum editor mais formal, que prefere o relato seco de um evento.

Gabo gastava tempo nos detalhes que definiam um personagem -sua roupa, suas expressões, seu modo de falar.

E, não raramente, usava um recurso que não costuma funcionar bem no relato jornalístico por escrito, a ironia, fazendo o leitor rir de uma crônica que poderia ser chateante. Por exemplo, o relato de como o papa havia se deslocado do Vaticano até sua casa de veraneio, em Castel Gandolfo, nos arredores de Roma.

O modo de abordar os eventos talvez escapasse aos manuais contemporâneos de redação. Porém, nos dias atuais, marcados pela reinvenção e inovação do jornalismo, poderia levar a uma

discussão sobre o motivo de não usar o legado do Gabo jornalista como inspiração.

Por exemplo, ao cobrir cúpulas presidenciais, chatas e arrastadas em geral, Gabo relatava como o então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, havia se ausentado de uma das reuniões para comprar brinquedos para um neto.

Quando cobriu a inauguração da linha direta por telefone entre Bogotá e Medellín, pôs o foco em quem teria feito a barba, naquele dia, do então presidente colombiano Mariano Ospina Pérez, imaginando o que teria pensado o barbeiro ao ter “a faca afiada na garganta” do mandatário.

Sylvia Colombo/Folhapress

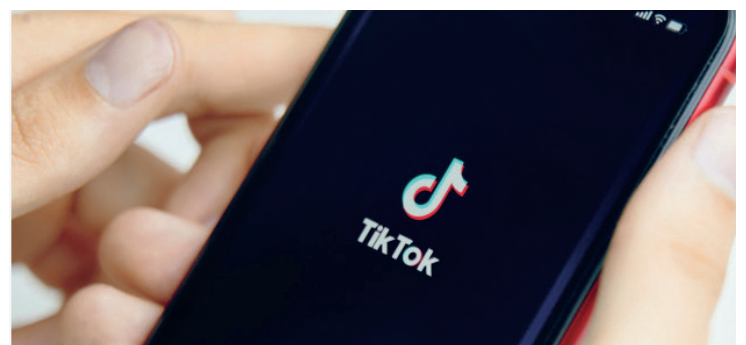
Publicidade Legal

| MM & SANTOS PARTICIPAÇÕES S/A | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------------|---------------|---|-------------------------------|-------------------|--|--------------------------------|------|------|--|
| CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72 | | | | | | | | | | | |
| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | | | | | | | | | |
| Balancete patrimonial | | | | Demonstração do resultado | | | | Demonstração do fluxo de caixa | | | |
| Ativo | Nota | 2019 | 2018 | Nota | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | |
| Circulante | | 487 | - | Receita operacional líquida | - | - | Lucro líquido do exercício | 58.380 | - | - | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1 | - | Custo dos produtos e serviços vendidos | - | - | Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais: | - | - | - | |
| Dividendos a receber | 5 | 486 | - | Lucro bruto | - | - | Equivalência Patrimonial | (58.380) | - | - | |
| Não circulante | | 126.604 | - | Recargas (Despesas) Operacionais | - | - | Redução (aumento) dos ativos operacionais: | - | - | - | |
| Investimento | 4 | 126.604 | - | Equivalência Patrimonial | 4 | 58.380 | Aumento (redução) dos passivos operacionais: | - | - | - | |
| Total do ativo | | 127.091 | - | Resultado financeiro | 58.380 | - | Fluxo de caixa de operações de financiamentos: | - | - | - | |
| | | | | Lucro operacional antes do resultado financeiro | 58.380 | - | Aporte de Capital | 1 | - | - | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | Resultado financeiro | 58.380 | - | Caixa gerado pelas atividades de financiamentos | 1 | - | - | |
| Circulante | | 2.773 | - | Lucro antes do imposto de renda e da CSLL | 58.380 | - | Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa | 1 | - | - | |
| Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar | 6 | 2.773 | - | Corrente | - | - | Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício | - | - | - | |
| Outras Obrigações | - | - | - | Lucro líquido do exercício | 58.380 | - | Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício | 1 | - | - | |
| Não circulante | | | | Quantidade ponderado de ações do capital social | 68.351.000 | 1.000 | | | | | |
| Patrimônio líquido | 6 | 124.318 | - | Lucro básico e diluído por ação - R\$ | 0,85 | - | | | | | |
| Capital social | | 68.351 | - | | | | | | | | |
| Reserva de lucros | | 55.967 | - | | | | | | | | |
| Total do patrimônio líquido | | 124.318 | - | | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 127.091 | - | | | | | | | | |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | | | | | | | | | | | |
| Reserva de lucros | | | | | | | | | | | |
| | Nota | Capital social | Reserva legal | Reserva de capital de giro | Reserva de incentivos fiscais | Lucros acumulados | Total | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Reserva legal | 6 c) | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Dividendos propostos | 6 b) | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Reserva de capital de giro | 6 e) | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Aumento de capital social | 6 a) | 68.351 | - | - | - | - | 68.351 | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 58.380 | 58.380 | | | | |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 6 c) | - | 2.919 | - | - | (2.919) | - | | | | |
| Constituição de reserva para incentivos fiscais | 6 d) | - | - | - | 1.081 | (930) | 151 | | | | |
| Dividendos propostos | 6 b) | - | - | (2.773) | - | - | - | | | | |
| Reserva de capital de giro | 6 e) | - | - | 54.740 | - | (54.351) | 209 | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 68.351 | 2.919 | 51.967 | 1.081 | - | 124.318 | | | | |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras | | | | | | | | | | | |
| 1. Contexto Operacional - A MM & SANTOS PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto - SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bens próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis - 2.1 Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de Elaboração - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes - Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques - Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. d) Tributação - A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60. e) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. e.1) Ativos financeiros - São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado : Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data do balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. ii) Empréstimos concedidos e recebíveis : Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. e.2) Passivos financeiros - São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. f) Reconhecimento de receita - A receita de transferência para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferir-os para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. g) Apuração do Resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. h) Lucro por ação - Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios. 3. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e bancos 1 - - Aplicações financeiras - Renda Fixa (a) - - Caixa e equivalentes de caixa 1 - - (a) Aplicações financeiras - Renda Fixa Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações pontuais, o resgate dentro do período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros. Controle circular nº. 3.086 do Banco Central do Brasil, de 15 de fevereiro de 2002, tais aplicações financeiras são marcadas a mercado diariamente pelas instituições financeiras. 4. Investimentos - Em 31/12/2019, a Companhia possui uma coligada cujo contexto operacional é resumido a seguir: Facchini Participações S.A. (participação de 27,34% no capital social), sediada na cidade de São Paulo - SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. As principais informações da coligada, em 31/12/2019, são as seguintes: | | | | | | | | | | | |

Loa Participações S.A.
(Em organização)

Ata de Assembléia Geral de Constituição realizada em 28 de outubro de 2019
As 28/10/2019, às 15:00hs, na Rua Libero Badaró, 293, 27º andar, conjunto 27 C, Sala 08, Centro, São Paulo-SP reuniram-se em Assembléia Geral, para deliberar sobre a constituição de **Loa Participações S.A.**, todos os fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: (a) **Carlos Eduardo Prado**, RG nº 14.869.803-7 SSP/SP CPF/MF nº 035.156.498-59; e (b) **Jeane Maria Araújo de Souza**, RG nº 36.091.405-6 SSP/SP CPF/MF nº 396.548.068-51. Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Eduardo Prado, que convidou a mim, Jeane Maria Araújo de Souza, para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76, sob a denominação de **Loa Participações S.A.**, com um capital inicial de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Sr. Presidente esclareceu que os fundadores haviam procedido à subscrição da totalidade das ações representativas do capital inicial da Sociedade, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata como anexo I. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que o acionista Carlos Eduardo Prado, integralizou, neste ato, 108 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 108,00 no Banco do Brasil S/A, e a acionista Jeane Maria Araújo de Souza, integralizou, neste ato, 12 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 12,00 no Banco do Brasil S/A, ficando, dessa forma, integralizado 10% do capital da Sociedade. O acionista Carlos Eduardo Prado integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 12 meses após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos subscritores o Projeto de Estatuto, cujo texto foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, sendo o mesmo transcrito a seguir: **"Estatuto Social de Loa Participações S.A. Artigo 1º.** Loa Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Libero Badaró, 293, 27º andar, conjunto 27-C, Sala 08, Centro, com prazo indeterminado de duração. Sua Diretoria pode abrir ou encerrar filiais ou outras dependências. **Artigo 2º.** A Sociedade tem por objeto a administração de bens próprios. **Artigo 3º.** O capital da Sociedade, parcialmente integralizado, é de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O acionista Carlos Eduardo Prado integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Assembléia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto, sem guardar proporção com as ordinárias. **Artigo 4º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois membros, sendo um deles designado Diretor Presidente. O mandato dos diretores é de três anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pela Assembléia Geral. **Artigo 5º.** A Diretoria tem poderes irrestritos de administração, inclusive para outorga de avais e fianças. A assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador obrigará a Sociedade. Os mandatos em nome da Sociedade devem ser outorgados por prazo determinado, exceção aos casos de representação perante o foro em geral. **Artigo 6º.** A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, se instalará e se realizará na forma da lei. **Artigo 7º.** O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes. **Artigo 8º.** O exercício social coincide com o ano civil. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., ou até sobre sua retenção, total ou parcial. § Único: Balançotes trimestrais poderão ser elaborados e, por deliberação da Assembléia Geral, declarados dividendos com base neles. **Artigo 9º.** A Sociedade poderá ter seu tipo modificado por deliberação majoritária. Sua transformação não ensejará direito de resgate". Terminada a leitura do Estatuto Social, o Sr. Presidente informou que se fazia necessário proceder à eleição da Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos para um mandato de 3 anos, os Srs. **Carlos Eduardo Prado**, acima qualificado, que exercerá o cargo de Diretor Presidente e **Jeane Maria Araújo de Souza**, acima qualificada, que exercerá o cargo de Diretora. Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Foi, a seguir, estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada oportunamente pela acionista em assembleia geral. Por fim, foi mencionado que possa ser utilizado qualquer jornal de grande circulação para, juntamente com o "DOE-SP", proceder às publicações da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/10/2019. Assinaturas: Carlos Eduardo Prado - Presidente da Mesa; Jeane Maria Araújo de Souza - Secretária da Mesa. Visto do Advogado: Darcio Siqueira de Sousa - OAB/SP nº 240.530. JUCESP - Registrado sob o NIRE nº 3530054721-7 em 09/01/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Microsoft negocia compra do TikTok



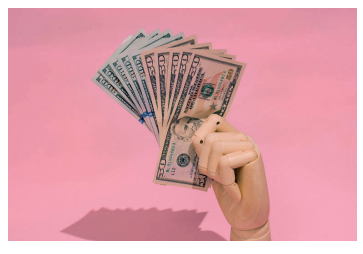
A Microsoft negocia a compra da operação do aplicativo chinês TikTok para uma rede social inédita para uma rede social chinesa - Baidu, Tencent e Alibaba jamais tiveram o mesmo alcance. O sucesso levou a ByteDance a ser avaliada em cerca de US\$ 100 bilhões (R\$ 520 bilhões). “Estamos olhando para o TikTok, podemos estar proibindo o TikTok. Podemos estar fazendo outras coisas. Existem algumas opções. Mas muitas coisas estão acontecendo, então vamos ver o que acontece. Mas estamos procurando muitas alternativas”, disse Trump a repórteres na sexta.

Recentemente, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, disse em uma entrevista que os dados de usuários do TikTok vão parar “nas mãos do Partido Comunista Chinês”.

A Microsoft negocia a compra da operação do aplicativo chinês TikTok para uma rede social inédita para uma rede social chinesa - Baidu, Tencent e Alibaba jamais tiveram o mesmo alcance. O sucesso levou a ByteDance a ser avaliada em cerca de US\$ 100 bilhões (R\$ 520 bilhões). “Estamos olhando para o TikTok, podemos estar proibindo o TikTok. Podemos estar fazendo outras coisas. Existem algumas opções. Mas muitas coisas estão acontecendo, então vamos ver o que acontece. Mas estamos procurando muitas alternativas”, disse Trump a repórteres na sexta.

Recentemente, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, disse em uma entrevista que os dados de usuários do TikTok vão parar “nas mãos do Partido Comunista Chinês”.

Dólar cai 4% em julho e tem maior recuo mensal de 2020



O dólar fechou a sexta-feira, 31, em alta, cotado em R\$ 5,2170, mas terminou julho acumulando queda de 4,03%. Foi o maior recuo mensal do ano, superando a queda de 1,8% de maio. Diferente de outros períodos, onde o real foi a moeda que mais se enfraqueceu no mercado internacional, este mês a divisa brasileira teve desempenho melhor que a maioria de seus pares. O enfraquecimento do dólar no exterior, para os menores níveis desde 2018, teve peso determinante. No mercado doméstico, o ambiente político menos tenso e o andamento da reforma tributária, que anima os investidores sobre o avanço de outras reformas, ajudaram o real a se destacar. A entrada de recursos externos para as várias ofertas de ações de julho também ajudou, especialmente em um momento de saída de capital de aplicações de renda fixa e variável.

Visu Participações Ltda

CNPJ nº 31.727.459/0001-15 - CONSOLIDADO

Demonstrações Financeiras Referente Exercício encerrado em 31/12/2019 e 31/12/2018 - (Em milhares de Reais)

Table with 3 main sections: Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Includes columns for Controladora, Consolidado, and various financial metrics for 2019 and 2018.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional - Visu Participações Ltda. empresa constituída em 02 de outubro de 2018... 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis... 3. Principais Políticas Contábeis Individuais e Consolidadas...

Table with 3 columns: Tipo de controle, Atividade, Participação. Lists subsidiaries like Empresa Tejofran San Serviços, Trail Infraestrutura, etc.

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas... b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas... c. Base de mensuração...

4. Caixa e Equivalentes de Caixa... 5. Contas a Receber de Clientes... 6. Impostos a Recuperar... 7. Créditos Diversos... 8. Depósitos e Reservas de Lucros...

9. Depósitos e Cauções... 10. Partes Relacionadas - Saldos de transações com partes relacionadas... 11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos... 12. Investimentos...

13. Imobilizado... 14. Intangível... 15. Depreciação... 16. Obrigações Sociais... 17. Obrigações Tributárias... 18. Outras contas a pagar...

19. Depreciação e Amortização... 20. Outras contas a pagar... 21. Outras receitas (despesas) líquidas... 22. Outras receitas (despesas) líquidas... 23. Outras receitas (despesas) líquidas...

24. Outras receitas (despesas) líquidas... 25. Outras receitas (despesas) líquidas... 26. Outras receitas (despesas) líquidas... 27. Outras receitas (despesas) líquidas... 28. Outras receitas (despesas) líquidas...

29. Outras receitas (despesas) líquidas... 30. Outras receitas (despesas) líquidas... 31. Outras receitas (despesas) líquidas... 32. Outras receitas (despesas) líquidas... 33. Outras receitas (despesas) líquidas...

34. Outras receitas (despesas) líquidas... 35. Outras receitas (despesas) líquidas... 36. Outras receitas (despesas) líquidas... 37. Outras receitas (despesas) líquidas... 38. Outras receitas (despesas) líquidas...

39. Outras receitas (despesas) líquidas... 40. Outras receitas (despesas) líquidas... 41. Outras receitas (despesas) líquidas... 42. Outras receitas (despesas) líquidas... 43. Outras receitas (despesas) líquidas...

44. Outras receitas (despesas) líquidas... 45. Outras receitas (despesas) líquidas... 46. Outras receitas (despesas) líquidas... 47. Outras receitas (despesas) líquidas... 48. Outras receitas (despesas) líquidas...

Publicidade Legal

>>>Continuação...

19. Provisões para Contingências - A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza cível, fiscais e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

| Depósitos judiciais 2019 | Provisão para contingências 2019 |
|--------------------------|----------------------------------|
| Trabalhista 35.442 | 28.606 |
| Total 35.442 | 28.606 |

21. Receita Operacional Bruta

| Controladora | Consolidado |
|------------------------------------|----------------|
| 2019 | 2019 |
| Receita Operacional Bruta | 1.109.074 |
| Vendas de Serviços | 1.088.960 |
| Vendas de mercadorias | 20.114 |
| Deduções | (115.044) |
| Devoluções e abatimentos | (113.975) |
| Receita Operacional Líquida | 994.030 |

22. Instrumentos financeiros e riscos - A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os quais se destinam a atender às suas necessidades opera-

cionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos: **a. Gerenciamento de riscos - (i) risco de crédito** - A Empresa e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, a Administração mantém provisões que considera suficientes para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis; **(ii) risco de moeda** - A Empresa não realiza prestação de serviços indexadas à moeda estrangeira, bem como não possui ativos ou passivos desta natureza; **(iii) risco de taxa de juros** - As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras são taxas compatíveis com as taxas praticadas no mercado. Adicionalmente, como mencionado

na Nota Explicativa nº 7, os saldos mantidos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos financeiros, taxas compatíveis com as praticadas no mercado. **b. Valorização dos instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) caixa e equivalentes de caixa** - O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas (Nota Explicativa nº 3. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado); **(ii) operações com derivativos** - A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de swap ou similares

| Representante Legal | Contador |
|---------------------------------------|--|
| Marcos Marangão CPF 130.242.098-40 | Adriano Partal Calles CRC 1SP240131/O-6 |

RF & N PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 32.248.590/0001-62

| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | | | | | | | | |
|--|------|---------------------|------|------|------|---------------|------|---------------------------|------|------|
| Ativo | Nota | Balanco patrimonial | | | Nota | 2019 | 2018 | Demonstração do resultado | | |
| | | 2019 | 2018 | 2019 | | | | 2018 | 2019 | 2018 |
| Circulante | | 108 | - | - | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1 | - | - | 6 | 120 | - | - | - | - |
| Dividendos a receber | 5 | 107 | - | - | - | 120 | - | - | - | - |
| Não circulante | | 27.784 | - | - | 6 | 27.772 | - | - | - | - |
| Investimento | 4 | 27.784 | - | - | - | 15.001 | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | - | - | - | 12.771 | - | - | - | - |
| Total do ativo | | 27.892 | | | | 27.892 | | | | |

| Destinação das mutações do patrimônio líquido | Nota | Reserva de lucros | | | | | |
|---|------|-------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|-----------------|-----------|
| | | Capital social | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Lucros acumulados | Total | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | 6 c) | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | 6 b) | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de capital de giro | 6 e) | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | |
| Aumento de capital social | 6 a) | 15.001 | - | - | - | 15.001 | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 12.812 | 12.812 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | |
| Reserva legal | 6 c) | - | 641 | - | - | (641) | - |
| Constituição de reserva para incentivos fiscais | 6 d) | - | - | 237 | - | (204) | 33 |
| Dividendos propostos | 6 b) | - | - | - | - | (120) | (120) |
| Reserva de capital de giro | 6 e) | - | - | 12.013 | - | (11.967) | 46 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 15.001 | 641 | 11.893 | 237 | (11.967) | 46 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional - A RF & N Participações S/A ("Companhia") com sede em São Paulo - SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, foi realizada uma escritura pública de permuta de ações ordinárias nominativas sem taxa ou reposição de qualquer espécie, onde os primeiros permutantes acionistas da companhia RF & N Participações S/A e os segundos permutantes acionistas da Companhia NR Participações S/A, cedem e transmitem uns aos outros todos os domínios, poses, direitos e ações ordinárias nominativas que tinham e vinham exercendo. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis** - **2.1 Declaração de Conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de Elaboração** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes** - Registradas e creditadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques** - Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Tributação** - A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60. **e) Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **f) Ativos financeiros** - São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii) Empréstimos concedidos e recebíveis**: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo

custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualizações monetárias, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **e.2) Passivos financeiros** - São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **f) Reconhecimento de receita** - A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **g) Apuração do Resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **h) Lucro por ação** - Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

| | 2019 | 2018 |
|---|------|------|
| 3. Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Caixa e Bancos | 1 | - |
| Aplicações financeiras - Renda Fixa (a) | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | - |
| (a) Aplicações financeiras - Renda Fixa - Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações pontuais, o resgate dentro do período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros. Conforme circular nº. 3.086 do Banco Central do Brasil, de 15 de fevereiro de 2002, tais aplicações financeiras são marcadas a mercado diariamente pelas instituições financeiras. 4. Investimentos - Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui uma coligada cujo contexto operacional é resumido a seguir: Facchini Participações S.A. (participação de 6% no capital social), sediada na cidade de São Paulo - SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. As principais informações da coligada, em 31 de dezembro de 2019, são as seguintes: | | |

| Participação | Quantidade de cotas | Capital social (%) | Patrimônio líquido | | Resultado do exercício |
|----------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------|------------------------|
| | | | 2019 | 2018 | |
| Facchini Participações S/A | 2.290.000 | - 6,00 | -250.000 | -463.074 | - 190.624 |

| Controlada | Equivalência patrimonial | Aumento de capital | Dividendos | Outros | |
|---|--------------------------|--------------------|------------|--------|------|
| | | | | 2019 | 2018 |
| Facchini Participações S/A | - | 12.812 | 15.000 | (107) | 79 |
| 5. Partes Relacionadas | | | | | |
| Saldos Ativos: | | | | | |
| Circulante (dividendos a receber): | | | | | |
| Facchini Participações S/A | | | | | |
| 6. Patrimônio Líquido - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado é composto por 15.001.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 6 de maio de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) subscrevendo 15.000.000 ações ordinárias nominativas, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. As ações integralizadas correspondem às ações ordinárias da Companhia Facchini Participações S/A detida por um dos seus sócios para esta Companhia para integralização do aumento ora aprovado, se deu mediante assinatura do boletim de subscrição e do respectivo livro de transferência de ações nominativas da Facchini Participações S/A, que identificam a quantidade de ações e o valor atribuído às ações da Facchini Participações S/A ora transferidas. b) Dividendos - De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir: | | | | | |

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 - NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 04/05/2020

Data, Local e Hora: 04/05/2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj. 64, São Paulo - SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras e contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, demonstrações financeiras apresentadas, correspondente do exercício de 2019, bem como o Balanço Contábil publicado no DOE-SP páginas 187 e 188, na edição de 30/04/2020 e no jornal Data Mercantil, página 06, na edição de 30/04/2020. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, tomadas as contas dos administradores, examinadas, discutidas e votados o balanço patrimonial e o do resultado econômico do exercício findo em 31/12/2019, bem como o Balanço Contábil publicado no DOE-SP páginas 187 e 188, na edição de 30/04/2020 e no jornal Data Mercantil, página 06, na edição de 30/04/2020, os mesmos foram aprovados, por unanimidade de votos. **Quorum das Deliberações:** A deliberação foi tomada pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 04/05/2020. Assinaturas: Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. JUCESP - Registrado sob o nº 275.595/20-1 em sessão de 29/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DÓLAR compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,2027 / R\$ 5,2033 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,214 / R\$ 5,216 *
Turismo - R\$ 4,890 / R\$ 5,370

S&P 500 (Nova York): 0,77%
Dow Jones (Nova York): 0,44%
Nasdaq (Nova York): 1,49%
CAC 40 (Paris): -1,43%
Dax 30 (Frankfurt): -0,54%
Financial 100 (Londres): -1,54%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,82%
Hang Seng (Hong Kong): -0,47%
Shanghai Composite (Xangai): 0,71%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,84%
Merval (Buenos Aires): -0,31%
IPC (México): -0,32%

OURO BM&F R\$ 327,90

BOLSAS Bovespa (Ibovespa) Variação: 2,00%

Pontos: 102.912
Volume financeiro: R\$ 34,828 bilhões
Maiores altas: Cielo ON (10,95%), Eco rodovias ON (6,93%), TIM ON (6,42%)
Maiores baixas: Cognat (-4,47%), Embrar ON (-4,28%)

Julho 2019: 0,19%
Agosto 2019: 0,11%
Setembro 2019: -0,04%
Outubro 2019: 0,10%
Novembro 2019: 0,51%
Dezembro 2019: 1,15%
Janeiro 2020: 0,21%
Fevereiro 2020: 0,25%
Marco 2020: 0,07%
Abril 2020: -0,31%
Maio 2020: -0,38%
Junho 2020: 0,26%



Data Mercantil

O jornal das suas publicações legais, Faça um orçamento: comercial@datamercantil.com.br www.datamercantil.com.br

Negócios

Aéreas no Brasil devem perder US\$ 10,83 bi em 2020 com pandemia



A Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês) estima que as companhias aéreas do Brasil deverão perder US\$ 10,83 bilhões de receita em 2020 por causa da pandemia. A perda significa que a receita das empresas devem fechar 2020 com queda de 57% na comparação com o ano passado. Os números foram divulgados pela associação na manhã desta quinta-feira, 30, em teleconferência com jornalistas da região.

No fim de junho, a associação havia projetado perda de US\$ 10,2 bilhões na região

para o ano, ou 53% de recuo na receita na comparação com 2019. A cada relatório, a associação tem elevado as projeções de prejuízo para a região diante da ausência de suporte dos governos locais e restrições de voo.

“A América Latina tem sido de longe a região com mais restrições no mundo”, disse Peter Cerdá, vice-presidente da Iata para as Américas.

A Iata disse ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deverá ter um impacto negativo de US\$ 6,64 bilhões por causa da crise.

O dado leva em consideração o impacto geral na eco-

nomia ao considerar também o segmento de turismo e sua ligação às aéreas. Em termos de emprego, a economia brasileira pode perder 318,5 mil postos de trabalho em 2020.

Para os Estados Unidos, a estimativa da associação é de perdas da ordem de US\$ 137,1 bilhões no ano, ou uma receita 69% menor na comparação com 2019.

“Com as restrições, os impactos econômicos na região continuaram a mostrar tendência de crescimento. Não podemos suportar aviões no chão por muito tempo”, disse ele.

Biznews

UE dá sinal verde a compra da Bombardier pela Alstom e cria gigante ferroviária

A União Europeia aprovou na sexta (31) a aquisição dos negócios de transporte ferroviário da canadense Bombardier pela multinacional francesa Alstom, num negócio de 6,2 bilhões de euros (cerca de R\$ 38 bilhões).

O negócio cria a segunda maior fabricante mundial de suprimentos ferroviários, depois da chinesa CRRC Corp.

Para obter a autorização, a Alstom teve que se comprometer a vender fábricas de trens e sair de um projeto de trens de alta velocidade, os chamados V300 Zefiro, do qual a Bombardier participava.

As exigências feitas pelo órgão regulador de concor-

rência da Comissão Europeia incluem também fornecer aos rivais acesso a determinadas interfaces e produtos para algumas das unidades de sinalização a bordo da Bombardier Transportation e para sistemas de gerenciamento de controle de trens.

No ano passado, a Comissão havia vetado uma tentativa da multinacional francesa de fundir suas operações ferroviárias com a alemã Siemens. Segundo a comissária europeia responsável por concorrência, Margrethe Vestager, as empresas não atenderam na ocasião condições para reduzir seu poder sobre sistemas de sinalização ferroviária e sobre trens de alta velocidade de última geração.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



Biznews

Mercado Livre e PayPal anunciam integração dos serviços de meios de pagamento



O Mercado Livre e a PayPal anunciaram na quinta-feira, 30, a integração dos serviços de meios de pagamento das companhias no Brasil e no México, avançando na parceria firmada em dezembro de 2019. Com lançamento gradual a partir de agosto, o PayPal estará disponível como opção de pagamento em comércios online no Brasil e no México que aceitam Mercado Pago, tanto no check-out online quanto via link de pagamento do Mercado Pago.

“O Mercado Livre e o PayPal compartilham uma

visão de permitir que os comerciantes possam competir e expandir de forma global o varejo online”, diz Federico Gomez Schumacher, gerente geral do PayPal Brasil e México. “Ao trabalhar em conjunto, aproveitamos nossa escala e capacidades para ajudar a impulsionar a inclusão e o acesso à economia digital global”.

“O conjunto dos nossos serviços de e-commerce e tecnologia financeira nos colocam em uma posição única para contribuir para a democratização do comércio e o acesso ao dinheiro na América Latina. A parceria com

PayPal nos fortalece também nesse sentido e ajuda a ampliar a escala dos benefícios que já oferecemos para consumidores e vendedores em nossa região”, afirma Paula Arregui, COO e Vice-Presidente Sr. de Operações de Mercado Pago.

Aproximadamente 346 milhões de clientes do PayPal poderão adquirir produtos em centenas de milhares de novos comércios online. Além disso, esses clientes terão a possibilidade de efetuar pagamentos com PayPal no marketplace do Mercado Livre, no Brasil e no México, ao acessar a plataforma de fora destes países.

Biznews